

Conselho proíbe aumento de mensalidade escolar

As escolas particulares de Primeiro e Segundo Graus do Estado do Rio não podem aumentar a mensalidade de julho e não estão oficialmente autorizadas a repassar os gatilhos salariais de maio e junho. Esta posição foi tomada ontem à tarde pela Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação (CEE), que também fixou um prazo de 30 dias para que os colégios apresentem as planilhas de custos e os índices de aumentos aplicados no primeiro semestre, para serem analisados.

Pela terceira vez consecutiva, os representantes dos proprietários de estabelecimentos de ensino não compareceram à reunião semanal da Comissão. Em consequência, o representante da Sunab, Fernando Câmara, não conseguiu aprovar sua proposta de pacto social entre os colégios, pais, alunos e o CEE. No encontro de ontem, ele pediu uma autorização formal do Conselho para que a Sunab passe a autuar e multar os colégios que não respeitarem a determinação. A ação da Sunab se baseará em denúncias apresentadas por pais de alunos à Comissão de Encargos.

Fernando Câmara esclareceu que, no caso das escolas que fizeram acordo com os pais para parcelamento do repasse dos aumentos concedidos a professores e funcionários administrativos, aprovados antes do

dia 12 de junho, a mensalidade de julho poderá ter um acréscimo. Ele advertiu, contudo, que esse acréscimo não poderá incluir o repasse dos gatilhos de maio e junho, que ainda está em estudo. De acordo com o Parecer 520, o repasse só foi definido para as escolas de Terceiro Grau. Quanto aos estabelecimentos de Primeiro e Segundo Graus, a decisão deverá ser tomada pelo Conselho Estadual.

A Presidente da Comissão, Fátima Cunha, criou uma subcomissão que vai estudar o repasse dos gatilhos através de consulta à Procuradoria Geral do Estado. Outra subcomissão foi formada para analisar a Portaria 398 do MEC sobre os reajustes das mensalidades escolares. Os participantes da reunião não chegaram a uma conclusão sobre o texto da portaria.

A reunião da Comissão foi realizada com o plenário lotado de pais e alunos, que aplaudiram os Conselheiros por terem autorizado a participação da Vice-Presidente da Associação de Pais e Alunos, Kátia Araújo, nas discussões. Aproveitando a oportunidade, Kátia denunciou que muitas escolas estão cobrando até 300 por cento de aumento sobre a semestralidade de 1986 e que alguns Diretores ameaçam impedir as provas de meio de ano dos alunos que não pagaram as mensalidades de junho e julho.